



P E N G U I N



C L Á S S I C O S

ÉTIENNE DE LA BOÉTIE

DISCURSO SOBRE
A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA



ÉTIENNE (ou ESTIENNE) DE LA BOÉTIE, nasceu a 1 de novembro de 1530 na comuna de Sarlat-la-Canéda, em França. O pai, Antoine de La Boétie, era oficial de justiça do governador de Périgord e a mãe, Philippa de Calvimont, filha de Jean de Calvimont, presidente do Parlamento de Bordéus e embaixador de Francisco I em Espanha. Com apenas dez anos, Étienne, o mais novo de três irmãos, perdeu o pai, tendo a sua educação ficado a cargo do tio paterno, que lhe instilou o gosto pela literatura e pelo direito. Rodeado de magistrados e burgueses, interessa-se, desde cedo, pelas ideias humanistas e pela filologia antiga, que explorou através da tradução de vários autores clássicos, como Plutarco, Virgílio e Ariosto. Aos 18 anos, assiste às ondas de choque decorrentes da repressão violenta de uma sublevação popular contra a imposição de um novo imposto aos habitantes da província de Guiana. A brutalidade do acontecimento, que impressionou a elite intelectual da época, foi o mote para a primeira versão de *Discurso sobre a Servidão Voluntária*. A obra contra a tirania só foi publicada postumamente em 1576. Por volta de 1550, seguindo as pisadas do pai, ingressou em Direito na Universidade de Orleães e, ainda antes de concluir a sua formação em Direito Civil, tornou-se magistrado no Parlamento de Bordéus, dois anos antes da idade mínima. Em 1554 foi nomeado conselheiro na mesma instituição e casou com Marguerite de Carle, alargando assim o seu círculo social. Foi então que conheceu Michel de Montaigne, com quem estabeleceu uma profunda amizade pessoal e intelectual e a quem legou, em testamento, todos os seus manuscritos. Nos anos que se seguiram, marcados pela ascensão do protestantismo e das Guerras Religiosas, Étienne viajou várias vezes para Paris a fim de negociar a paz em nome do rei. Nessa altura confessou, num dos muitos poemas que escreveu, o seu desespero e impotência perante a destruição a que assistia, bem como o desejo de abandonar a França, contexto que terá inspirado a escrita de *Mémoire touchant l'édit de janvier 1562* (1917), descoberto e publicado séculos mais tarde. Em 1563, enquanto almoçava, sentiu fortes dores intestinais e o seu estado geral agravou-se repentinamente. Tentou voltar para junto da mulher, mas, sem condições para completar a viagem, foi obrigado

a parar em Taillan-Médoc, onde morreu a 18 de agosto de 1563, na casa do cunhado de Montaigne, ao lado do amigo. É em sua homenagem e memória que Montaigne publica, em 1580, o ensaio *Da Amizade*.

GONÇALO NEVES nasceu em Setúbal em 1964. Licenciou-se em Engenharia Agronómica na Universidade Técnica de Lisboa e trabalhou durante vários anos em multinacionais americanas ligadas à indústria alimentar, mas desde cedo manifestou vocação para a literatura, lexicografia e tradução. Foi coautor do *Dicionário Universal Compacto Português-Espanhol* (Texto Editores, 2004) e do *Dicionário Espanhol-Português* (Texto Editores, 2006) e, desde 2004, trabalha exclusivamente como tradutor. Traduziu vários autores, de diversos géneros, do inglês (Barbara Kingsolver, Ashley Audrain, David Quammen, entre outros), do espanhol (Ildefonso Falcones, Antonio Monegal, Agustín Martínez, Guillermo Calderón, entre outros) e do francês (Daniel Cohen, Jean-Jacques Rousseau). Traduziu ainda livros de banda desenhada de autores espanhóis e entre 2005 e 2020, foi consultor de latim no Ciberdúvidas. É especialista em línguas planeadas e publicou, em três delas, vários tomos de poesia, contos e ensaios, bem como traduções de autores portugueses e estrangeiros.

RAQUEL VARELA é professora auxiliar com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É historiadora e atualmente preside o Observatório para as Condições de Vida e Trabalho e coordena o Social Data/Nova Sustainability. É investigadora colaboradora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta. É autora de, entre outros, *História do Povo na Revolução Portuguesa*, *Breve História da Europa*, *Breve História de Portugal* (escrito com Roberto della Santa) e coordenadora do livro *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*. Escreveu também ensaios sobre a contemporaneidade, como *Do Medo à Esperança*, com Coimbra de Matos ou *Para Onde Vai Portugal?*, editados pela Bertrand. Publicou com Robson Vilalba a novela gráfica *Utopia* e em 2024 estreou-se no romance biográfico com *O Canto do Melro*, em que conta a vida do padre revolucionário José Martins Júnior. A sua obra insere-se na área das ciências sociais e humanas, com destaque para os temas da história das revoluções e do movimento operário, história e sociologia global do trabalho, e educação e trabalho, numa perspetiva global.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	vii
Discurso sobre a Servidão Voluntária	1
NOTAS DE TRADUÇÃO	69

INTRODUÇÃO

Se o sistema funciona graças ao nosso zelo, do qual não pode absolutamente privar-se, quer dizer que não é um sistema inexorável. O seu funcionamento depende do nosso consentimento para servir. Se não consentirmos, ele desmorona-se.¹

Christophe Dejours

Muitos têm referido o enigma descrito na aurora da modernidade por Étienne de la Boétie, no *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, que se pode resumir assim: se a liberdade está na nossa natureza, se a maior desgraça é ser súbdito de um ou mais amos, se os deveres da amizade — aqui quase sinónimo de democracia e cooperação — são o que nos norteia enquanto género humano,

então, porque e como aceitamos não só obedecer, mas servir a um tirano? «Se dois, se três, se quatro cedem a um só, é estranho, mas, no entanto, possível; poder-se-ia talvez dizer com razão: é falta de ânimo. Mas se cem, se mil sofrem a opressão de um só, dir-se-á ainda que não ousam enfrentá-lo, ou que não querem, e que isso não é cobardia, mas antes desprezo ou desdém?»

Há qualquer coisa de voluntário na servidão: «Dois homens, e até dez, podem muito bem temer um só; mas que mil, um milhão, mil cidades não se defendam contra um único homem, isso não é cobardia: ela não chega tão longe, assim como a valentia não exige que um só homem escale uma fortaleza, ataque um exército ou conquiste um reino. Que vício monstruoso é, pois, este, que nem merece o título de cobardia, que não encontra nome suficientemente feio, que a natureza repudia e que a língua se recusa a nomear?»

A origem deste enigma — publicado no *Discurso sobre a Servidão Voluntária* —, diz-nos

logo o autor onde *não* está. Não está no medo — como podem milhões ter medo de um? Não está nas forças armadas — aliás mal pagas, já então; e também não está na sedução, do estômago e da alma. Nem na natureza humana, que, a existir, até nos animais, almeja a liberdade.

Portanto, a servidão é histórica, tem um tempo. Pode ter um fim. Ela chegou num momento que o autor não situa num tempo preciso. Mas, sublinha, já foi distinto o nosso modo de vida, já fomos livres. E haveria mesmo um esforço por apagar da memória esse tempo de cooperação e liberdade, de amizade, em termos laboetianos.

Apesar de, considera La Boétie, a força do povo não necessitar de compactuar com o tirano, nem sequer dele defender-se — apenas deve e pode deixar de servi-lo para que ele perca o poder —, esse povo passou a escravizar-se. Apesar de haver na nossa alma uma semente natural de razão, e da terra que nos deu a boa mãe para todos nela morarmos (como não ver aqui as teorias

igualitaristas), e que não se possa jamais aceitar que a natureza tenha destinado a escravidão a alguns; a tirania, para La Boétie, é o que de mais contrário há a um Deus generoso, bondoso.

Como pode o tirano reinar sobre o povo, seja por eleição, pela força das armas ou pela sucessão hereditária?

Não são, contudo, as armas que sustentam os tiranos, nem apenas as palavras (hoje, a propaganda). Embora a mentira (e mentir a si próprio?) seja condenável, a manipulação, a impostura, é para La Boétie condenável — «Mas não procedem muito melhor os de hoje, que, antes de cometerem os seus crimes mais graves, os fazem sempre preceder de alguns belos discursos sobre o bem público e o alívio dos desgraçados. É bem conhecida a fórmula de que tão finamente se servem; mas poderá chamar-se finura a tamanha impudência?»

Mas, afinal, onde reside a servidão voluntária?

Naquilo a que podemos, em termos contemporâneos, chamar burocracia, um sistema

de relações de trabalho e organização da vida social, enfim, o Estado. Não é La Boétie contemporâneo de Maquiavel?

Chego agora a um ponto que é, a meu ver, o mecanismo secreto e a mola mestra da dominação, o sustento e fundamento de qualquer tirania. Quem imaginar que são as alabardas, as guardas e as rondas que asseguram os tiranos enganar-se-á redondamente. Valem-se disso, julgo eu, mais por ostentação e para meter medo do que por se fiarem realmente em tais coisas. Os arqueiros barram a entrada dos palácios aos ineptos, que nenhum mal podem causar, e não aos audazes, que vêm bem armados. É fácil ver que, entre os imperadores romanos, foram menos os que escaparam ao perigo com o auxílio de seus arqueiros do que os que por esses mesmos arqueiros pereceram. Não são, pois, as tropas de cavalaria, nem as companhias de infantaria, nem as armas que defendem um tirano,

mas — embora custe a acreditar, é pura verdade — quatro ou cinco homens apenas, que o sustentam e submetem ao seu jugo todo o país. Sempre assim foi: cinco ou seis homens conquistam o ouvido do tirano, aproximam-se dele por vontade própria ou por terem sido por ele chamados, para serem cúmplices das suas crueldades, companheiros dos seus prazeres, alcoviteiros dos seus vícios e beneficiários das suas rapinas. Esses seis moldam tão bem o seu senhor que este se torna cruel para com a sociedade, não só pela sua própria crueldade, mas também pela deles. Esses seis têm sob si seiscentos, a quem corrompem do mesmo modo que corromperam o tirano. Esses seiscentos têm sob a sua dependência seis mil, que elevam em dignidade. Concedem-lhes o governo das províncias ou o manejo dos dinheiros, de modo a prendê-los pela cobiça ou pela crueldade, ensinando-os a exercê-las no tempo certo e a cometer tantos males que não possam manter-se senão à sua

sombra, e que só escapem às leis e às penas graças à sua proteção. Grande é a cadeia dos que os seguem. E quem quiser desfiar-lhe o fio verá que não são seis mil, mas cem mil, ou mesmo milhões, os que dependem do tirano por essa corrente ininterrupta que os une e solda a ele — como Homero faz dizer a Júpiter, que se vangloria de, puxando uma tal cadeia, poder atrair a si todos os deuses. Foi daí que nasceu o acréscimo de poder do Senado sob o comando de Júlio César, a criação de novos cargos e funções, não, decerto, para restaurar a justiça, mas para multiplicar os apoios da tirania. Em suma, por meio dos ganhos e favores que recebem dos tiranos, chega-se a tal ponto que são quase tão numerosos os que lucram com a tirania quanto os que amariam a liberdade.

É o papel central que ele confere aos «tirantes». Esta é uma das propostas mais importantes do *Discurso*.

Está aqui a proposta política de La Boétie. A que o seu amigo, Montaigne, sempre recusou atribuir tal significado. Em vão, já que é de política que se trata. O ar do tempo, então e hoje, saturado de política: «[...] é uma desgraça extrema estar sujeito a um senhor de cuja bondade nunca se pode ter a certeza e que possui sempre o poder de ser cruel quando lhe aprouver. Quanto a obedecer a vários senhores, equivale a ser outras tantas vezes extremamente infeliz. [...] é difícil crer que haja algo de público num governo em que tudo pertence a um só», enuncia La Boétie.

Estudemos o mapa da sua publicação, traduções e circulação para nos aproximarmos mais da obra. Pensa-se que o *Discurso sobre a Servidão Voluntária* terá sido escrito em 1548, logo depois da revolta da população francesa contra um novo imposto sobre o sal², a gabela, reagindo a um dos traços fundamentais do Estado moderno, a centralização fiscal, neste caso sobre um bem essencial à conservação/alimentação. Os tempos

de La Boétie são os do Renascimento, «o racionalismo, o individualismo, o gosto pela eficácia, pelo Direito, pela História, o saber exato, constituem as bases deste novo pensamento “laico” e universal»³. Os dogmas religiosos eram postos em causa, o humanismo abria as portas ao progresso (palavra que depois da Segunda Guerra Mundial será maldita).

A Europa é então — quando deixou de o ser? — uma sociedade convulsionada, em confronto e contradição, onde as diásporas gregas, da queda de Constantinopla, em 1453, e judaica e muçulmana (no fim do século, na Península Ibérica), tiveram um papel essencial naquilo que alguns chamam o início da globalização, um proto-internacionalismo, se nos permitem algum anacronismo. Neste quadro circulava o pensamento, pela Europa e pelas Américas, em lojas e oficinas, onde exilados e artesãos asseguravam a tradução, impressão e edição de livros, fazendo brotar ideias conservadoras e reacionárias, revolucionárias e insubmissas. A explosão

da imprensa, concomitante à circulação de ideias, não é um acaso. Entre 1450 e 1500 foram publicados 15 a 20 milhões de exemplares de livros. No século seguinte, recorda o jornalista Pedro Caldeira Rodrigues, a média será de 100 a 200 milhões, para 150 mil a 200 mil edições. Surge uma «nova categoria de profissional: o escritor».⁴

Quando escreveu esta obra — que será universal e, pelo menos até hoje, eterna —, era La Boétie um jovem estudante de Direito da Universidade de Orléans. Tinha nascido numa família aristocrática da região do Périgord, em França. Será depois magistrado, e tradutor de grego (traduziu Xenofonte e Plutarco), entre outras atividades numa vida jovem. Morre com 32 anos.

O *Discurso*, atente-se, foi escrito apenas 16 anos depois da publicação d’*O Príncipe* de Maquiavel, em 1532. Foi contemporâneo de Copérnico. Assistiu ao esplendor arquitetónico, artístico e filosófico das cidades italianas. Ombreou com o protestantismo de Lutero

e dos huguenotes, no período das Guerras de Religião em França. Foi contemporâneo da Contrarreforma lançada no Concílio de Trento (1545-1563), que elevou a Inquisição a forma de regime total(itário), pela mão dos Estados ibéricos. O pecado original do capitalismo, a chamada acumulação primitiva que expropriou milhões dos seus meios de trabalho, atava as mãos do progresso às da barbárie, benzidas e enquadradas estas últimas pela forma mais sofisticada de tortura, medo, terror, a Santa Inquisição.

Mas *há sempre alguém que diz não*. Em 1517, Lutero dá origem, naquilo que é hoje a Alemanha, ao movimento protestante, podemos dizê-lo — e faltam aqui mediações neste salto cronológico e político —, um gérmen do Estado democrático, que sacraliza e desafia a autoridade da Igreja, e coloca na ordem do dia os princípios do amor (em La Boétie, a amizade) contra a violência e a submissão. Em 1522 fica traduzida a Bíblia (o Novo Testamento) para alemão, abrindo campo à democratização

do pensamento, contra o acesso até aí fundamentalmente fechado — no latim e nos mosteiros — às letras.

Foram os huguenotes protestantes, que erguiam a liberdade religiosa e o direito a resistir à tirania (Estado e religião irmanavam-se), a limitação do poder e o compromisso ético com a vida e o quotidiano, que primeiro publicaram, em 1574, num «panfleto tiranicida», já depois da morte de La Boétie (1563), o *Discurso sobre a Servidão Voluntária*. A primeira publicação impressa foi anónima e parcial, em *Réveille matin des François et de leurs voisins*. Logo terá também uma edição integral. É publicada com o nome de «Contra Um», e depois batizada por Montaigne «Da servidão voluntária».⁵

Dois anos antes desta publicação, na noite de 24 de agosto de 1572, os reis católicos de França, Carlos IX e Catarina de Médicis, fazendo da religião instrumento da centralização do Estado, organizam a matança de 5 a 30 mil protestantes huguenotes, no Massacre da Noite de São Bartolomeu.

Discurso sobre
a Servidão Voluntária

«Não é bom termos vários senhores; tenhamos apenas um;

Que seja apenas um o senhor, que seja apenas um o rei.»

Eis o que Ulisses declarou em público, segundo Homero.

Se houvesse dito somente: «Não é bom termos vários senhores», haveria sido suficiente. Mas, em vez de deduzir que a dominação de vários não pode ser boa, por o poder de um só, assim que assume o título de senhor, ser duro e despropositado, acrescenta pelo contrário: «Tenhamos apenas um senhor...»

Talvez seja necessário desculpar Ulisses por ter proferido tais palavras, que então lhe serviam

para aplacar a revolta do exército: creio que adaptava o seu discurso mais às circunstâncias do que à verdade. Mas, se refletirmos, é uma desgraça extrema estar sujeito a um senhor de cuja bondade nunca se pode ter a certeza e que possui sempre o poder de ser cruel quando lhe aprouver. Quanto a obedecer a vários senhores, equivale a ser outras tantas vezes extremamente infeliz.

Não pretendo debater aqui a questão tantas vezes levantada, a saber, «se outros tipos de repúblicas são melhores do que a monarquia»¹. Se me fosse mister debatê-la, antes de procurar que lugar deve a monarquia ocupar entre os diversos modos de governar a coisa pública, perguntaria se se deve conceder-lhe sequer algum, pois é difícil crer que haja algo de público num governo em que tudo pertence a um só. Mas reservemos para outro momento esta questão, que bem mereceria um tratado à parte e que provocaria toda a sorte de disputas políticas.

Por ora, pretendo apenas compreender como se pode fazer com que tantos homens, tantos

burgos, tantas cidades, tantas nações suportem, por vezes, um único tirano, que não tem mais poder do que aquele que eles próprios lhe conferem, que só os pode prejudicar na medida em que eles consentem em suportá-lo e que não lhes poderia causar nenhum mal se não preferissem tolerar tudo dele a contradizê-lo. Coisa verdadeiramente espantosa — e, no entanto, tão comum que é mais digna de lamento do que de espanto —, ver um milhão de homens miseravelmente escravizados, com a cabeça sob o jugo, não porque sejam obrigados por uma força maior, mas porque estão fascinados e, por assim dizer, enfeitiçados pelo simples nome de um homem, a quem não deveriam temer — pois é só um — nem amar — pois é para com todos eles inumano e cruel. Tal é, porém, a fraqueza dos homens: obrigados à obediência, forçados a temporizar, não podem ser sempre os mais fortes. Se, portanto, uma nação, obrigada pela força das armas, se encontra sujeita ao poder de um só — como a cidade de Atenas esteve sob o domínio dos

trinta tiranos —, não é de admirar que ela sirva, mas sim de o lamentar. Ou antes, não é de admirar nem de lamentar, mas de suportar o infortúnio com paciência e de se reservar para um futuro melhor.

Somos feitos de tal modo que os deveres comuns da amizade absorvem uma boa parte da nossa vida. É razoável amar a virtude, estimar as belas ações, ser grato pelos benefícios recebidos e reduzir frequentemente o nosso próprio bem-estar para aumentar a honra e a vantagem daqueles que amamos e que merecem ser amados. Se, portanto, os habitantes de um país encontram entre si um desses homens raros que lhes haja dado mostra de grande clarividência para os proteger, de grande audácia para os defender, de grande prudência para os governar; se se habituam, com o tempo, a obedecer-lhe e a confiar nele até lhe concederem uma certa supremacia, não sei se seria prudente retirá-lo do lugar onde fazia o bem para o colocar onde poderá fazer o mal; parece, de facto, natural ter bondade

por aquele que nos fez bem e não temer que dele advenha algum mal.

Mas o que é isto, Deus, nosso Senhor? Que nome poderemos dar a este infortúnio? Que vício é este, este vício horrível, de ver um número infinito de homens não apenas obedecer, mas servir, não apenas serem governados, mas serem tiranizados, não tendo de seu nem bens, nem parentes, nem filhos, nem mesmo a própria vida? De vê-los sofrer as rapinas, as libertinagens, as crueldades, não de um exército, não de um campo bárbaro contra o qual cada qual deveria defender o seu sangue e a sua vida, mas de um só! Não de um Hércules ou de um Sansão, mas de um homenzinho, muitas vezes o mais lânguido, o mais efeminado da nação, que nunca cheirou a pólvora das batalhas e que mal pisou a areia dos torneios, que se mostra incapaz não só de comandar os homens, como ainda de satisfazer a mais insignificante mulherzinha! Chamaremos a isto cobardia? Apodaremos de vãos e cobardes os homens submissos? Se dois,

se três, se quatro cedem a um só, é estranho, mas, no entanto, possível; poder-se-ia talvez dizer com razão: é falta de ânimo. Mas se cem, se mil sofrem a opressão de um só, dir-se-á ainda que não ousam enfrentá-lo, ou que não querem, e que isso não é cobardia, mas antes desprezo ou desdém?

Por fim, se não vemos apenas cem, não apenas mil homens, mas cem países, mil cidades, um milhão de homens a não acometer aquele que os trata a todos como outros tantos servos e escravos, como poderemos qualificar isto? Será pusilanimidade? Mas todos os vícios têm limites que não podem ultrapassar. Dois homens, e até dez, podem muito bem temer um só; mas que mil, um milhão, mil cidades não se defendam contra um único homem, isso não é cobardia: ela não chega tão longe, assim como a valentia não exige que um só homem escale uma fortaleza, ataque um exército ou conquiste um reino. Que vício monstruoso é, pois, este, que nem merece o título de cobardia, que não encontra nome

suficientemente feio, que a natureza repudia e que a língua se recusa a nomear?

Que se ponham frente a frente cinquenta mil homens em armas; que se alinhem em batalha e que cheguem a vias de facto: uns, livres, combatem pela sua liberdade; os outros combatem para lha arrebatam. A quem prometeréis a vitória? Quais avançarão mais corajosamente para o combate: os que esperam, como recompensa, a conservação da sua liberdade, ou os que nada aguardam, como salário dos golpes que dão e recebem, senão a servidão alheia? Uns têm sempre diante dos olhos a felicidade da sua vida passada e a esperança de igual bem-estar no futuro. Pensam menos no que sofrem durante o tempo de uma batalha do que no que sofreriam, vencidos, eles, os seus filhos e toda a sua descendência. Os outros não têm por agulhão senão uma pontinha de cobiça, que logo se embota diante do perigo e cujo ardor se extingue no sangue da primeira ferida. Nas batalhas tão célebres de Milcíades, de Leónidas,

de Temístocles, que datam de dois mil anos e vivem ainda hoje tão frescas na memória dos livros e dos homens como se houvessem sido travadas ontem, na Grécia, para bem dos gregos e exemplo do mundo inteiro — o que haverá dado a um número tão pequeno de gregos, não o poder, mas a coragem de suportar a força de tantos navios que o próprio mar transbordava deles, de vencer nações tão numerosas que todos os soldados gregos juntos não bastariam para fornecer capitães aos exércitos inimigos? Nesses dias gloriosos, não era tanto a batalha dos gregos contra os persas, mas a vitória da liberdade sobre a dominação, da emancipação sobre a cobiça.

São deveras extraordinários os relatos da valentia que a liberdade infunde no coração dos que a defendem! Mas aquilo que, por toda a parte e todos os dias, acontece: que um só homem oprima cem mil e os prive da sua liberdade — quem o poderia crer, se apenas o ouvisse contar e não o visse? E se tal acontecesse unicamente em terras estrangeiras, em países longínquos,

e alguém no-lo viesse narrar, quem não julgaria tratar-se de um relato puramente inventado?

Ora, quanto a este tirano único, não é necessário combatê-lo, nem derrubá-lo. Ele destrói-se por si mesmo, contanto que o país não consinta à sua servidão. Não se trata de lhe tirar algo, mas de não lhe dar nada. Não é necessário que o país se afane por fazer coisa alguma para si próprio, contanto que não faça nada contra si. São, portanto, os próprios povos que se deixam, ou melhor, que se fazem maltratar, pois bastar-lhes-ia deixarem de servir para ficarem livres. É o povo que se sujeita e que corta a própria garganta; que, podendo escolher entre ser submisso e ser livre, rejeita a liberdade e toma o jugo; que consente no seu mal, ou melhor, que o procura... Se lhe fosse penoso recuperar a sua liberdade, não o pressionaria; ainda que o que mais devesse prezar fosse restituir-se aos seus direitos naturais, e, por assim dizer, de alimária reassumir a condição de homem. Mas nem sequer espero dele tão grande audácia; admito que prefira não sei qual segurança

de viver miseravelmente a uma esperança duvidosa de viver como lhe aprouver. Mas que hei de dizer! Se para ter a liberdade basta desejá-la, se só é preciso querê-la, haverá no mundo alguma nação que ache demasiado caro adquirir-la por um simples desejo? E quem lamentaria a sua vontade de recuperar um bem que se deveria resgatar ao preço do sangue, e cuja perda torna amarga a vida e benfazeja a morte a qualquer homem de honra? Certamente, assim como o fogo cresce de uma pequena centelha e se fortalece sempre, e quanto mais lenha encontra para arder, mais a devora, embora se consuma e acabe por se extinguir por si próprio quando deixa de ser alimentado, assim também, quanto mais os tiranos saqueiam, mais exigem; quanto mais arruinam e destroem, mais se lhes fornece, mais se lhes serve. Fortalecem-se na mesma, tornando-se cada vez mais capazes e preparados para aniquilar e destruir tudo. Mas se nada lhes for dado, se não lhes obedecerem, sem os combaterem, sem os golpearem, permanecem nus e derrotados, e já não são nada, assim como

o ramo, não tendo mais seiva nem alimento na raiz, se torna seco e morto.

Para conquistar o bem que deseja, o homem audaz não teme nenhum perigo; o homem prudente não se deixa repelir por nenhum esforço. Apenas os pusilânimes e os apáticos não sabem nem suportar o mal, nem recuperar o bem que se limitam a cobiçar. A energia para o conseguir é-lhes arrancada pela sua própria pusilanimidade; resta-lhes tão-só o desejo natural de o possuir. Esse desejo, essa vontade comum aos sábios e aos imprudentes, aos corajosos e aos cobardes, fá-los ansiar todas as coisas cuja posse os tornaria felizes e contentes; há, porém, uma só que os homens, não sei por que motivo, não têm força para desejar: é a liberdade, tão grande e tão doce bem! Assim que se perde, seguem-se todos os males, e sem ela todos os outros bens, corrompidos pela servidão, perdem inteiramente o seu sabor e a sua graça. A liberdade é desprezada pelos homens, ao que parece, unicamente porque, se a desejassem, já a teriam; como se recusassem

adquirir este precioso bem por ser demasiado fácil de alcançar.

Pobres gentes miseráveis, povos insensatos, nações obstinadas no vosso mal e cegas para o vosso bem! Deixais que vos roubem, diante dos vossos olhos, a parte mais bela e clara do vosso rendimento; deixais que saqueiem os vossos campos, que assaltem e despojem as vossas casas dos velhos móveis dos vossos antepassados! Viveis de tal modo que já nada vos pertence. Parece que consideraríeis agora uma grande felicidade que vos deixassem mera metade dos vossos bens, das vossas famílias, da vossa vida. E todos esses estragos, esses infortúnios, essa ruína, não vos vêm dos inimigos, mas certamente do inimigo, daquele mesmo a quem transformastes no que ele é, daquele por quem ides tão corajosamente à guerra e por cuja grandeza não recusais oferecer-vos à morte. Este senhor, porém, não tem mais do que dois olhos, duas mãos, um corpo, e nada mais do que tem o último dos habitantes do número infinito das nossas cidades. O que ele possui a mais

são os meios que vós mesmos lhe forneceis para vos destruir. Donde tira ele todos esses olhos que vos espreitam, senão de vós? Como tem tantas mãos para vos golpear, se não lhas emprestais? Não são também vossos os pés com que ele pisa as vossas cidades? Tem ele algum poder sobre vós que não venha de vós próprios? Como ousaria assaltar-vos, se não estivesse de acordo convosco? Que mal poderia causar-vos, se não fôsseis beneficiários do ladrão que vos pilha, cúmplices do assassino que vos mata e traidores de vós próprios? Semeais os vossos campos para que ele os devaste; mobilais e recheais as vossas casas para alimentar os seus saques; criais as vossas filhas para que possa satisfazer a sua luxúria; alimentais os vossos filhos para que deles faça soldados no melhor dos casos, para que os leve à guerra, ao matadouro, para que os torne ministros das suas cobiças e executores das suas vinganças. Esforçais-vos à exaustão para que ele possa entregar-se aos seus deleites e afundar-se nos seus torpes prazeres. Enfraqueceis-vos para que ele seja mais forte

e para que vos mantenha ainda mais severamente com a rédea curta. E de tantas indignidades que nem as alimárias suportariam se as sentissem, poderíeis libertar-vos sem sequer tentar fazê-lo, bastando-vos a vontade para tal.

Decidi-vos a deixar de servir, e eis que sereis livres. Não vos peço que o empurreis ou o abaleis, mas apenas que deixeis de o sustentar, e vê-lo-eis, qual colosso a quem partiram a base, ceder sob o próprio peso e rachar-se.

Os médicos aconselham justamente a não tentarmos curar feridas incuráveis, e talvez eu erre ao querer assim exortar um povo que parece ter perdido há muito toda a consciência do seu mal, o que mostra bastante que a sua doença é mortal. Procuremos, pois, compreender, se for possível, como esta obstinada vontade de servir se enraizou de tal modo que se poderia crer que o próprio amor da liberdade não é tão natural.

Não há dúvida, creio eu, de que, se vivêssemos com os direitos que nos são dados pela natureza e segundo os preceitos que ela nos ensina,

seríamos naturalmente submissos aos nossos pais, sujeitos da razão, sem sermos escravos de ninguém. Cada um de nós reconhece em si, de forma inteiramente natural, o impulso da obediência para com o pai e a mãe. Quanto a saber-mos se a razão é inata em nós ou não — questão amplamente debatida nas academias e discutida por qualquer escola de filósofos —, não creio errar ao afirmar que há na nossa alma um germe natural de razão. Desenvolvido por bons conselhos e por bons exemplos, esse germe floresce em virtude, mas muitas vezes aborta, sufocado pelos vícios que vão surgindo. O que é claro e evidente, e que ninguém pode ignorar, é que a natureza, ministra de Deus, governante dos homens, nos criou a todos e, de certo modo, nos plasmou no mesmo molde, para nos mostrar que somos todos iguais, ou antes, irmãos. E se, na distribuição dos seus dons, concedeu a alguns vantagens de corpo ou de espírito maiores do que a outros, não quis, porém, colocar-nos neste mundo como num campo de batalha, nem

enviar os mais fortes ou os mais hábeis como salteadores armados numa floresta para maltratar os mais fracos. Creiamos antes que, ao atribuir partes maiores a uns e menores a outros, quis fazer nascer neles a afeição fraternal e colocá-los em posição de a praticar, já que uns têm o poder de prestar auxílio, enquanto outros têm necessidade de o receber. Portanto, visto que esta boa mãe nos deu a todos toda a terra por morada, visto que nos alojou a todos na mesma casa, nos formou a todos segundo o mesmo modelo para que cada qual pudesse olhar para o outro e quase se reconhecer nele como num espelho, visto que nos concedeu a todos o belo dom da voz e da palavra para melhor nos encontrarmos e fraternizarmos, e para produzir, pela comunicação e troca de pensamentos, a comunhão de vontades; visto que procurou por todos os meios criar e reforçar o laço da nossa aliança, da nossa sociedade, visto que mostrou em todas as coisas que nos queria não apenas unidos, mas como um só ser, como duvidar então que sejamos todos

naturalmente livres, já que somos todos iguais? Não pode caber na mente de ninguém que a natureza tenha colocado alguém em servidão, uma vez que nos colocou a todos em companhia.

A bem dizer, é inteiramente inútil perguntarmo-nos se a liberdade é natural, porquanto não se pode manter nenhum ser em servidão sem lhe causar dano: nada há no mundo mais contrário à natureza, toda ela racional, do que a injustiça. A liberdade é, pois, natural; por conseguinte, a meu ver, nascemos não apenas com ela, mas também com a paixão de a defender.

E, se por acaso houver alguns que ainda duvidem disso — degenerados a ponto de não reconhecerem nem os seus dons nem as suas inclinações inatas —, ver-me-ei obrigado a prestar-lhes a honra que merecem e a, por assim dizer, guindar à cátedra as toscas alimárias, para que sejam elas a ensinar-lhes a sua própria natureza e condição. As alimárias, Deus me ajude, se os homens as quiserem ouvir, gritam-lhes: «Viva a liberdade!» Muitas delas morrem logo que são

presas. Como o peixe que perde a vida assim que é tirado da água, deixam-se morrer a fim de não sobreviver à sua liberdade natural. Se os animais tivessem entre si preeminências, fariam dessa liberdade a sua nobreza. Outras alimárias, das maiores às mais pequenas, quando são apanhadas, resistem com tanta força — com unhas, chifres, bico e patas — que demonstram bem o preço que atribuem àquilo que perdem. Uma vez capturadas, dão-nos sinais tão flagrantes de consciência do seu infortúnio que é belo ver como preferem definhar a viver, e gemer pelo bem perdido a contentar-se com a servidão. Que outra coisa quer dizer o elefante quando, defendendo-se até ao fim, sem mais esperança, prestes a ser capturado, crava as mandíbulas e parte as presas contra as árvores, senão que o seu grande desejo de permanecer livre lhe dá engenho e o aconselha a negociar com os caçadores: para ver se poderá resgatar-se pelo preço das presas e se o seu marfim, deixado como resgate, comprará a sua liberdade?

«Que um só homem oprima cem mil e os prive da sua liberdade — quem o poderia crer, se apenas o ouvisse contar e não o visse?»

Em 1539, Francisco I de França ordena a extensão de um imposto sobre o sal à região de Bordéus. A reação dos habitantes não se fez esperar e, ao longo dos anos seguintes, sublevações populares tentaram fazer reverter a ordem monárquica. Esta aventura chegou ao fim em 1548, quando a guarda real esmagou com brutalidade inédita esta revolta, numa demonstração de violência que impressionou a elite intelectual da época.

Movido por estes acontecimentos, o jovem Étienne de la Boétie reflete, neste importante texto de filosofia política, sobre a tirania enquanto ideia e sistema de poder. Apelo vigoroso à humanidade e ao pensamento crítico de todos os concidadãos, *Discurso sobre a Servidão Voluntária* denuncia a resignação e a alienação que sustenta a autoridade de poucos, e apela à resistência organizada dos muitos, rumo à liberdade.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

Tradução de Gonçalo Neves
Introdução de Raquel Varela



© Peace Dove, 1983 (óleo sobre painel), Liz Wright

© Liz Wright. All rights reserved 2026 / Bridgeman Images/Fotobanco.pt



penguinlivros.pt



penguinlivros



Penguin
Random House
Grupo Editorial

ISBN: 978-989-589-611-0



9 789895 896110